

- XXXIII -**ADOLESCÊNCIA, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: PELA
TRANSVERSALIDADE EDUCACIONAL NA
CONSTRUÇÃO DO SUJEITO**

Luzia Cristina Nogueira de Araújo
. Universidade Veiga de Almeida (UVA)
luzia.araujo@uva.br

Katia Cristian Puente Muniz
. Universidade Veiga de Almeida (UVA)
Katia.muniz@uva.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Vivemos sob a égide da enunciação da inclusão e respeito às diversidades humanas, tanto nas políticas públicas educacionais, quanto na sociedade civil. Nesse contexto, adolescentes, ouvintes e surdos, convivem juntos as vicissitudes do mesmo espaço escolar que se constrói a partir das e nas inter-relações estabelecidas entre aqueles que constituem o cotidiano da sala de aula. É interessante observar que, mesmo com suas diferenças linguísticas, alunos ouvintes e surdos estabelecem laços sociais que os unem pelo traço da identificação - a adolescência.

O Brasil vem preconizando, através de Políticas Públicas, compromissos para com uma ampliação de oportunidades de educação qualitativa para estudantes adolescentes, independentemente de diferenças e condições especiais. Na prática, contudo, muitas de tais oportunidades ainda continuam encontrando sérios obstáculos. Por mais que programas do governo venham tentando superar a questão do analfabetismo, a implantação da universalização do ensino, a democratização do acesso ao ensino, que possibilitem esses sujeitos de sentirem incluídos no espaço escolar de forma efetiva, ainda não foi encontrada uma proposta que solucionasse o déficit entre os adolescentes que entram na escola e aqueles que progridam nos bancos escolares.

Este estudo, baseado nas experiências profissionais das autoras em duas escolas públicas regulares do estado do Rio de Janeiro, cujo resultado das trocas dialógicas sobre adolescentes ouvintes e surdos, resultou reflexões sobre como as escolas se mostram distanciadas de quem são esses sujeitos e de como eles se constroem a partir das práticas pedagógicas disponibilizadas à sua formação. Nessa perspectiva, o estudo pretende apresentar uma reflexão sobre o quanto práticas escolares indissociáveis do respeito às formas de como os adolescentes constroem conhecimentos podem afetar a construção desses estudantes na sua constituição enquanto sujeitos sociais e emocionais.

DESENVOLVIMENTO

Nossa escola brasileira, socialmente reconhecida como agência de inclusão social, parece tornar-se o epicentro de um processo social de produção de excluídos. Assim, o aumento de conflitos interpessoais nos espaços escolares e a dificuldade de acesso dos estudantes adolescentes à uma aprendizagem significativa são fatores que afetam o ambiente educacional e, por esse motivo, exige-se dos agentes envolvidos conhecer as condições que podem circundar esse fenômeno.

Nessa perspectiva, a escola como um dos espaços representativos na formação de adolescentes deve acolher e viabilizar um processo educacional que atenda a esses sujeitos, considerando, nos seus lugares e modos de realização, as diferenças linguísticas, as diferenças culturais, as diferenças nas maneiras de acessar os espaços e recursos didáticos, de fazer leituras de mundo e de construir conhecimento. Deve ainda, por definição, formar adolescentes que possam estabelecer relações de interdependência – e possibilitar a mobilidade social.

Entretanto, nossas escolas brasileiras ainda entendem o adolescente como alguém que se distingue por não se encaixar em um padrão estabelecido pelo grupo dominante cultural. O universo dos adolescentes na condição escolar é retratado pela transversalidades educacionais inerentes ao campos dos saber a partir de temas clássicos como o desempenho escolar, conflitos no espaço escolar, relação professor-aluno, projeto de vida, práticas disciplinadoras, violência simbólica e institucional. Ao serem identificados a partir desses recortes, os estudantes têm como interlocutor nas escolas essas interpretações de sua realidade. Isso porque elas alimentam os modelos de gestão e práticas de sala de aula que constituem boa parte da vida escolar. Tais entendimentos acabam por ignorar a própria singularidade na construção desses sujeitos sociais e potencializam a realização de uma

inclusão excludente, furtando-se da aceitabilidade de suas diferenças enquanto seres concretos, que almejam alcançar uma inclusão que aceite e valorize as diferenças individuais e aprenda a conviver com as adversidades da condição humana.

Os adolescentes ouvintes e surdos estabelecem laços afetivos, por estarem em uma fase conhecida pela sua complexidade física, emocional, mental, sexual e social, bem como almejam sentir-se pertencentes nos inúmeros e diferenciados espaços sociais pelos quais transitam cotidianamente. É válido ressaltar que as diferenças linguísticas entre os sujeitos ouvintes e surdos estão relacionadas com a estrutura das suas línguas em que os estudantes ouvintes utilizam canal oral-auditivo, e os estudantes surdos podem utilizar-se da Libras (Língua Brasileira de Sinais) que utilizam canal gestual-visual ou da própria oralização, nesse último caso, são os surdos oralizados que utilizam a leitura labial, portanto, o canal visual. Essas diferenças não os impedem de se identificarem pelo fato de que ambos estão inseridos no mesmo espaço escolar, com suas diferenças linguísticas, mas que são constituídos e constituintes do mesmo processo educacional que não os atendem nas suas singularidades, bem como se identificam em suas características específicas do Ser adolescente. Não se pode minimizar o processo de identificação entre os sujeitos pela presença ou pela falta da "voz". As pessoas quando se identificam entre si, estão se identificando com um outro, cujos alguns traços lembram a si próprios (FREUD,1921/1992).

Resguardados tais posicionamentos, a escola como espaço privilegiado de formação para o exercício da cidadania, como um direito humano, deve viabilizar práticas pedagógicas que melhor respondam à heterogeneidade e à pluralidade das condições, interesses e aspirações dos adolescentes. Nessa perspectiva, a educação deve fornecer condições à esses estudantes de permanência na escola para progredirem no trabalho e nos estudos posteriores, como assegura o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Judith Butler (2016) ao destacar os direitos humanos circunscreve algumas questões sobre "se e como os sujeitos podem ser representados na legislação e sobre o que poderia ser considerado como um reconhecimento cultural e institucional suficientes para tais sujeitos"(p.198).

Fazer uma solicitação para tornar-se cidadão não é tarefa fácil, mas debater os termos mediante os quais essa cidadania é conferida é, sem dúvida, ainda mais difícil. Nessa perspectiva, o cidadão, *é ele mesmo* um intercâmbio de coligações; (...) um sujeito que não está apenas em marcha, mas que é constituído e reconstituído no decorrer do intercâmbio social.(2016,p.200)

Encontrar um adolescente no corredor da escola, ou na sala de aula com o olhar vazio, distraído e perdido é lugar comum. Muitos, e com evidente expressão, aceitam a violência simbólica, ressaltada por Foucault (2000), que as instituições ainda praticam ao impor um arbítrio cultural sem conhecer o contexto sociocultural dos alunos, acarretando, assim, uma concepção educacional inócua de produções de significados para entendimentos de si e do mundo.

Diante dos conflitos em sala de aula representados por situações de rejeição das características dos adolescentes e a angústia destes em não estarem conseguindo "acompanhar" os conteúdos disponibilizados, podem consolidar a permanência/evasão na educação básica, o baixo desempenho escolar, a rejeição à qualquer orientação para o devir e na pouca ou ausente projeção de futuro.

CONCLUSÃO

Percebe-se que adolescentes ouvintes e surdos incluídos no ambiente educacional se identificam em suas singularidades, apesar de se diferenciarem em seus modos de comunicação. São igualmente caracterizados pela fase da adolescência e dividem o mesmo espaço educacional que ainda se encontra obsoleto e distante da preconizada e almejada educação qualitativa apregoada nos documentos oficiais.

Esse quadro pode acarretar angústias e frustrações nos adolescentes por não se sentirem capazes de atender as imposições das transversalidades acadêmicas que caracterizam os campos do saberes e fazeres pedagógicos. Como consequência, surgem a falta de interesse e evasão escolar. Desse modo esse estudo, ainda em continuidade, pretendeu apontar a necessidade de viabilizar possíveis práticas pedagógicas significativas, das quais os adolescentes possam perceber a escola como um *locus* de formação, acolhimento e humanização, como forma de dar sentido a sua existência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira**, Lei nº 9.394/96.LDB. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm > Acesso em 02/02/2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**.: quando a vida é passível de luto?.2ªed.Tradução Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira,2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio Janeiro: Graal, 2000.

FREUD. Sigmund. **Psicología de las masas y análisis del yo** (1921). Em: Obras Completas. Volumen XVIII. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1992.